



SELEÇÃO PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO E MÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (PENUM/MPPE)

CADERNO DE PROVA

CURSO DE DIREITO

DATA DA PROVA 22/03/2024

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (PENUM/MPPE).

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e uma Redação em língua portuguesa.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

QUESTÕES

1. Leia as afirmativas abaixo.

I - É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, sem indenização por dano moral à imagem.

II - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

III - Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo, se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

IV - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou de licença.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) II, III e IV.
- D) I, II e III.
- E) Todas.

2. Assinale a alternativa que contém um direito classificado como social:

- A) Liberdade.
- B) Vida.
- C) Propriedade.
- D) Moradia.
- E) Segurança.

3. São direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, EXCETO:

- A) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- B) As entidades associativas não têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- C) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- D) Aos autores, pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- E) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

4. Leia o excerto abaixo.

"Esse princípio significa que a administração pública deve adequar os meios aos fins, buscando a melhor relação entre a eficácia da medida e o ônus imposto aos administrados."

O trecho acima diz respeito ao seguinte princípio que rege a Administração Pública:

- A) Especialidade.
- B) Motivação.
- C) Supremacia do Interesse Público.
- D) Proporcionalidade.
- E) Autotutela.

5. A respeito do princípio da impessoalidade, leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

() Estabelece que o poder estatal só pode ser exercido nos limites da lei, ou seja, o Estado só pode fazer o que a lei permite.

() Deve ser entendido como aquele princípio que vem excluir a promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos sobre as suas realizações administrativas.

() O objetivo do princípio da impessoalidade, no ordenamento jurídico, é buscar e trazer para toda a sociedade plena segurança jurídica em relação à administração pública, procurando sempre colocar, em primeiro lugar, o interesse público da população.

() Estabelece um propósito para realização no papel, tanto do administrador quanto da própria Administração, analisando e examinando a eficácia e a aplicabilidade no poder administrativo, que tem papel fundamental cumprindo as exigências de um bom funcionamento da máquina pública.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- A) V-V-F-V
- B) F-F-V-F
- C) V-F-V-F
- D) F-V-V-V
- E) V-V-V-V

6. Em consonância com a Constituição Federal, onde versa acerca do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- A) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo o Procurador-Geral da República, que o preside.
- B) São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- C) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios não poderão ser destituídos por deliberação do Poder Legislativo.
- D) O Ministério Público da União tem, por chefe, o Chefe da Casa Civil.
- E) O Ministério Público Militar não compreende ao Ministério Público da União.

7. Leia as afirmativas abaixo.

São funções institucionais do Ministério Público:

I - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

II - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

IV - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e III, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) Todas.

8. Acerca da organização política e administrativa do Estado, é correto afirmar que:

- A) o órgão público possui personalidade jurídica e tem vontade própria.
- B) a administração pública indireta decorre da desconcentração de serviços.
- C) o controle exercido entre os entes da Administração Direta e Indireta é hierárquico.
- D) as entidades autárquicas são beneficiadas pela imunidade tributária.
- E) as fundações públicas só podem ser instituídas com personalidade jurídica de direito público.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

9. A Administração Pública é investida de poderes indispensáveis para o cumprimento de suas funções. Considerando tais poderes, assinale a opção correta.

- A) O poder de polícia é sempre discricionário.
- B) O poder disciplinar não pode incidir sobre servidor aposentado.
- C) Hierarquia é o controle interno entre agentes e órgãos de uma mesma pessoa jurídica.
- D) Vinculação a um ato ocorre quando confere, ao agente, a possibilidade de escolher a melhor atuação.
- E) O poder normativo é capaz de inovar no ordenamento jurídico, criando ou extinguindo direitos e obrigações.

10. Tendo em vista o que dispõe a Lei n. 14133/2021 (Nova Lei de Licitações), assinale a alternativa correta.

- A) A avaliação de desempenho contratual dos licitantes é o primeiro critério de desempate a se observar.
- B) A microempresa e a empresa de pequeno porte possuem preferência no desempate.
- C) O agente de contratos é, obrigatoriamente, servidor efetivo do quadro permanente, com função de executar o processo licitatório.
- D) A lei estabelece 5 modalidades licitatórias, porém, permite a criação de novas modalidades bem como a combinação entre aquelas que já existem.
- E) A execução de obras por meio do registro de preço é permitida inclusive nos projetos de alta complexidade técnica e operacional.

11. Veja as opções abaixo:

I - O contrato administrativo pode ser substituído por carta contrato.

II - É vedado o contrato verbal nas compras e serviços públicos.

III - O Estado pode, sem o consentimento da outra parte, alterar determinada disposição contratual.

IV - Nos contratos de concessão de serviços públicos, dá-se o nome de caducidade para a rescisão por motivo de interesse público.

Considerando o que prevê a Lei sobre os contratos administrativos, estão corretas as alternativas:

- A) I e III, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, apenas.
- E) II e IV, apenas.

12. Ainda sobre a licitação e os contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- A) não se admite a reabilitação do licitante ou contratado perante a autoridade que lhe aplicou a pena.
- B) é admitida a subcontratação mediante previsão no Edital ou no Contrato e com a anuência da Administração Pública.
- C) na licitação por menor preço, a Administração é orientada a selecionar a proposta de preço mais baixa entre os competidores.
- D) as empresas estatais não utilizam o procedimento licitatório da norma geral, mas lei específica.
- E) a modalidade leilão pode ser usada para alienar bens imóveis.

13. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8429/92) passou por profundas mudanças por meio da Lei n. 14230/2021. Considerando tais mudanças, assinale a opção correta.

- A) As penalidades previstas na Lei de Improbidade podem ser aplicadas antes do trânsito em julgado.
- B) Exceto, nos casos de vantagem indevida patrimonial, é vedada a decretação de indisponibilidade de bem de família do réu.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

- C) O bloqueio de contas pode incidir sobre o salário do acusado.
- D) É vedado o afastamento do agente público mediante medida cautelar.
- E) A punição do particular independe da demonstração de que ele agiu em conluio com o agente público.

14. Acerca do procedimento da Ação de Improbidade, é correto afirmar que:

- A) visa punir apenas os agentes públicos, mesmo que os particulares se beneficiem da atuação do agente público.
- B) a legitimidade ativa para propor a Ação de Improbidade será do Ministério Público.
- C) é admitido o acordo de não persecução cível nas Ações de Improbidade.
- D) não constitui crime de denúncia caluniosa quando se representa por improbidade mesmo sabendo que o agente é inocente.
- E) a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade é de 05 (cinco) anos.

15. Dentre os crimes contra a pessoa, assinale aquele que é de ação penal privada.

- A) Infanticídio.
- B) Lesão corporal gravíssima.
- C) Homicídio.
- D) Calúnia.
- E) Abandono de incapaz.

16. De acordo com o Código Penal, é correto afirmar que se configura furto qualificado, EXCETO:

- A) se ocorre destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- B) se ocorre por conta de abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

C) se há emprego de chave falsa.

D) caso o condômino, co-herdeiro ou sócio, subtraia para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum.

E) mediante concurso de duas ou mais pessoas.

17. O crime de falsidade ideológica ocorre ao:

- A) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.
- B) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- C) atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.
- D) reproduzir ou alterar selo ou peça filatélica que tenha valor para coleção, salvo quando a reprodução ou a alteração está visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça.
- E) destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor.

18. Em consonância com o Código Penal Brasileiro, praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, configura:

- A) Estupro.
- B) Violação sexual mediante fraude.
- C) Assédio sexual.
- D) Importunação sexual.
- E) Sedução.

19. Acerca do Inquérito Policial, é correto afirmar que:

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

A) nos crimes de ação pública, o inquérito será iniciado apenas mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

B) do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, será feito o seu arquivamento.

C) o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela, ser iniciado.

D) em regra, o inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.

E) nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito antes de quem tenha qualidade para requerê-la.

20. Leia as opções abaixo:

I - A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito;

II - A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir;

III - Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se, de outras provas, tiver notícia;

IV - O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência.

Está(ão) correta(s) a(s) alternativa(s):

A) II e III, apenas.

B) I, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I e III, apenas.

E) III, apenas.

21. Considerando o que a legislação trata acerca da Ação Penal e de seus requisitos, assinale a opção INCORRETA.

A) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

B) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação privada.

D) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

E) O Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar.

22. É correto afirmar sobre a ação penal que:

A) a mulher casada não poderá exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estiver dele separada ou quando a queixa for contra ele.

B) se o ofendido for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de queixa poderá ser exercido por seu representante legal apenas.

C) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

D) a queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.

E) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, atingirá somente aquele que houve a renúncia.

23. Tendo em vista o que dispõe o Código de Processo Penal sobre a assistência, assinale a alternativa correta.

A) O co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.

B) O assistente será admitido enquanto não passar, em julgado, a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.

C) Sobre a admissão do assistente, é desnecessária a anuência do Ministério Público.

D) O assistente não poderá propor meios de prova.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

E) O ofendido ou representante legal não poderá intervir como assistente do Ministério Público.

24. Sobre a fase preliminar prevista na Lei 9099/95, é correto afirmar que:

A) comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes.

B) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.

C) tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado não acarretará a renúncia automática ao direito de queixa ou de representação.

D) a conciliação poderá ser conduzida apenas pelo Juiz.

E) a composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença, da qual caberá apelação, havendo discordância posterior de uma das partes.

25. Sabe-se que os processos da Lei 9099/95 serão orientados pelos critérios da celeridade, oralidade, informalidade e economia processual. Considerando que a referida Lei adota o procedimento sumaríssimo, é INCORRETO afirmar que:

A) nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

B) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

C) aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente.

D) na ação penal de iniciativa do ofendido, é vedado oferecer queixa oral.

E) os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.

26. Veja as opções abaixo:

I - Aplicada exclusivamente pena de multa, seu cumprimento far-se-á mediante pagamento na Secretaria do Juizado;

II - Os erros materiais podem ser corrigidos por meio de embargos de declaração, vedada a correção de ofício;

III - Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá Recurso em Sentido Estrito, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;

IV - Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) alternativa(s):

A) III e IV.

B) I, II e IV.

C) II e III.

D) I e IV.

E) I.

27. Leia as afirmativas abaixo.

I - Quando a lei for omissa, o juiz não deve decidir o caso de acordo com a analogia, mas sim pelos costumes e os princípios gerais de direito.

II - Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

III - A lei posterior revoga a anterior apenas quando expressamente o declare.

IV - Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Estão corretas as afirmativas:

A) I e IV, apenas.

B) II e III, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I, II e III, apenas.

E) Todas.

28. No que diz respeito ao casamento, podemos afirmar:

A) Até a celebração do casamento, podem os pais ou tutores revogar a autorização.

B) As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, desde que não sejam consanguíneos ou afins.

C) É permitido o casamento entre adotado com o filho do adotante.

D) O homem e a mulher com quatorze anos podem casar-se, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais.

E) O registro do casamento religioso não se submete aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.

29. Em consonância com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjunta ou separadamente.

B) Quando a maternidade constar do termo do nascimento do filho, a mãe só poderá contestá-la, provando a falsidade do termo, ou das declarações nele contidas.

C) O reconhecimento pode ser revogado, desde que feito em testamento.

D) O filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, não poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro.

E) O filho reconhecido, enquanto menor, ficará sob a guarda do genitor que o reconheceu, e, se ambos o reconheceram e não houver acordo, sob a de quem melhor atender aos interesses do menor.

30. Podemos afirmar quanto ao direito patrimonial e ao regime de bens entre os cônjuges:

A) É ilícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.

B) O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar após 1 ano da data do casamento.

C) É inadmissível a alteração do regime de bens, mesmo que perante pedido motivado.

D) Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão total.

E) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de 70 (setenta) anos.

31. Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

Quanto ao direito de sucessão, podemos afirmar:

() Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

() A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade.

() Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.

() Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de 1/4 da herança.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

A) F-F-V-F

B) V-V-V-F

C) V-F-V-F

D) V-V-F-V

E) F-V-F-V

32. De acordo com o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que se excluem da comunhão parcial:

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

- A) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.
- B) os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges.
- C) os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.
- D) os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão.
- E) os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.

33. Em consonância com a Lei que dispõe sobre os registros públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.
- B) No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, sem pena disciplinar cabível.
- C) As certidões do registro civil das pessoas naturais mencionarão a data em que foi lavrado o assento.
- D) Os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados a lavrar certidão do que lhes for requerido.
- E) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

34. O Art. 1º, da Lei 12.016/19 diz que "*Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*". Acerca de seus requisitos e de seu cabimento, assinale a opção correta.

- A) Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.
- B) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

C) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas de terceiro, não poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário se o seu titular não o fizer.

D) É vedado impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico.

E) De decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo se concederá mandado de segurança havendo direito líquido e certo.

35. Ainda sobre a Lei do Mandado de Segurança, é correto afirmar que:

A) o pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, mesmo que a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

B) nos casos de competência originária dos tribunais, caberá, ao relator, a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito, mas sendo vedado no caso do pedido liminar.

C) a sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, é causa impeditiva para que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

D) os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus.

E) no mandado de segurança coletivo, a liminar poderá ser concedida antes da audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.

36. Considerando o que a Lei 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) trata acerca da defesa do consumidor perante o juízo, assinale a opção INCORRETA.

A) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo apenas coletivamente.

B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

C) A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

D) O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.

E) Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

37. Considerando o que dispõe a Lei 7347/85 (Lei da Ação Civil Pública), é correto afirmar que:

A) a ação civil não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

B) é vedado o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados.

C) o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

D) a multa cominada liminarmente será exigível do réu desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

E) para instruir a inicial, o interessado poderá requerer, às autoridades competentes, as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 30 (trinta) dias.

38. Leia as opções abaixo:

I - Tem legitimidade, para propor a ação principal e a ação cautelar, a associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

II - Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado não poderá assumir a titularidade ativa;

III - É vedado, ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo, habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes;

IV - Somente nos casos em que a lei impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação, hipótese em que a ação poderá ser proposta desacompanhada daqueles documentos, cabendo ao juiz requisitá-los.

Estão corretas as alternativas:

A) I e II, apenas.

B) III, apenas.

C) I e IV, apenas.

D) II e III, apenas.

E) III e IV, apenas.

39. No que diz respeito à petição inicial e a seus requisitos, é correto afirmar que:

A) a petição inicial será indeferida de imediato, quando apresentar defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito.

B) é vedada a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos.

C) indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, sendo vedado ao juiz retratar-se.

D) o pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

E) o autor poderá até a audiência de conciliação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir.

40. Sobre a audiência de conciliação e a contestação, conforme previsto no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

A) Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado apenas por 01 (um) dos litisconsortes.

B) A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.

C) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir, sendo, portanto, intransferível tal prerrogativa.

D) Depois da contestação, é vedado ao réu deduzir novas alegações.

E) A reconvenção pode ser proposta contra o autor, mas é vedado contra o terceiro.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

41. É correto afirmar sobre o cabimento dos recursos com base no Código de Processo Civil que:

- A) A aceitação expressa ou tácita da decisão não é causa impeditiva para recorrer.
- B) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- C) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos aos seus interesses.
- D) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- E) O prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

42. Leia as afirmativas abaixo acerca da família substituta.

I - Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.

II - A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, dependendo da situação jurídica da criança ou adolescente.

III - Tratando-se de maior de 8 (oito) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

IV - A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

Estão corretas as afirmativas:

- A) II e III, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) Todas.

43. A idade que caracteriza uma pessoa como criança, segundo o ECA, é:

- A) Até 12 anos.
- B) Até 13 anos.
- C) Até 14 anos.
- D) Até 15 anos.
- E) Até 16 anos.

44. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar, ao adolescente, as seguintes medidas, EXCETO:

- A) advertência.
- B) obrigação de reparar o dano.
- C) liberdade assistida.
- D) inserção em regime de semiliberdade.
- E) prisão temporária.

45. Analise as afirmativas.

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos em Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) I, II e III.
- B) II e III.

C) I e II.

D) III.

E) I e III.

46. Sabendo que o Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, é correto afirmar que:

A) os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria simples do Poder Legislativo, na forma da lei respectiva.

B) a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

C) lhe é garantido o direito à inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.

D) lhe é vedado receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

E) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Congresso Nacional, para um mandato de quatro anos.

47. Leia as opções abaixo:

I - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira;

II - O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá ao Poder Legislativo;

III - São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;

IV - A organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público do Distrito Federal.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

A) I, II e III.

B) II e IV.

C) I e III.

D) II.

E) III e IV.

48. Ainda sobre o Ministério Público, considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre o assunto, é correto afirmar que lhe é permitido:

A) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

B) exercer a advocacia.

C) participar de sociedade comercial, na forma da lei.

D) exercer atividade político-partidária.

E) receber auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.

49. Considerando as suas funções constitucionais e legais, é INCORRETO dizer que incumbe ao Ministério Público Estadual:

A) propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais e em face da Constituição Federal.

B) promover privativamente, ação penal pública, na forma da Lei.

C) ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas.

D) requisitar diligências à autoridade competente civil ou militar para instruir procedimentos administrativos de sua competência, na forma desta lei.

E) receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as apurações cabíveis que lhes sejam próprias e dar-lhes as soluções adequadas.

50. Em consonância com a Lei Maria da Penha, leia as afirmativas abaixo.

I - O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica acesso prioritário à remoção, quando servidora pública, exclusivamente integrante da administração direta.

II - Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

III - É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.

IV - No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências, se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- A) II e IV.
- B) I, II e III.
- C) I e IV.
- D) II, III e IV.
- E) Todas.

REDAÇÃO

51. Redigir um texto Dissertativo-Argumentativo, em prosa, tendo como tema:

"Como utilizar, com ética, a inteligência artificial no equilíbrio ecológico?"

Os textos abaixo servirão apenas como reflexão, não podendo ser copiados nem parafraseados.

A redação deverá:

- Obedecer às regras ortográficas vigentes;
- Ter progressão temática;

• Ser coesa e coerente;

• Ser escrita em, no mínimo 15 e, no máximo, 30 linhas completas.

Receberá nota 0,00 (zero) e será ELIMINADO da Seleção, o candidato que, na redação:

- a) Fugir completamente do tema proposto;
- b) Apresentar textos de forma não articulada verbalmente (números e palavras soltas);
- c) Desrespeitar os Direitos Humanos;
- d) Entregar a redação com o número de caracteres menor que o exigido;
- e) utilizar palavras de baixo calão.

Texto 1



Texto 2

"Muitas definições surgem sobre o que constitui o equilíbrio ecológico que é natural. Porém, muitos estudos epistemológicos não conseguem responder às questões pertinentes na atual situação do planeta: que meio ambiente temos atualmente? Que futuro nos aguarda? O que fazer para reverter tal situação? A Educação Ambiental é a salvação?"

Primeiramente, a melhor e mais simples definição de meio ambiente seria tudo que está contido no nosso planeta, à nossa volta, do qual fazemos parte, em que cada ação gerada, em qualquer parte, corresponderia a uma reação (Vernier, 1994). Simplificando mais ainda, é o nosso planeta Terra!

O meio ambiente, infelizmente, possui dois contrastes gritantes hoje em dia: o ambiente humano e o natural, no qual, este último está perdendo espaço pelo crescimento populacional e a grande demanda de recursos naturais. O consumismo está degradando os recursos do planeta, esgotando-os e provocando graves e irreversíveis alterações (Brasil, 2002). Tudo isso, movido pelo sistema econômico que está no domínio de alguns e que detém as maiores riquezas do planeta, em detrimento de uma maioria que vive em situações de pobreza e de escassez de atendimento de suas necessidades básicas (Melo; Hogan, 2006) ."

"De forma bem resumida, a IA é uma tecnologia que visa imitar a inteligência humana em algumas de suas tarefas. É uma área que se dedica a desenvolver sistemas capazes de realizar atividades complexas que, em geral, exigiriam a inteligência de seres humanos para serem executadas. (...)

Por si só, indica que a IA precisa da inteligência emocional para existir - e para ser bem utilizada."

Eduardo Beltrão de Lucena Córdula e Inteligência artificial e inteligência emocional: qual a relação? (talentacademy.com.br)
(Textos adaptados, pesquisa em internet, 15/02/2024).

